



UNIVERSIDADE DE LISBOA

## **REGULAMENTO DE BOLSAS DE MÉRITO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

### Disposições Gerais

#### Artigo 1º

##### Âmbito

O presente Regulamento destina-se a definir os critérios de atribuição da Bolsa de Mérito Social (BMS), criada pela deliberação do Senado da Universidade de Lisboa, em 29 de Maio de 2007.

#### Artigo 2º

##### Objectivos

1. A BMS tem por objectivo incentivar os estudantes a participarem na vida activa em condições apropriadas com o desenvolvimento simultâneo da actividade académica.
2. A BMS destina-se a compensar monetariamente os estudantes da Universidade de Lisboa (UL) que participem em acções ou outras actividades de formação, de cidadania ou de preparação para a vida, promovidos por qualquer unidade orgânica ou membro da comunidade da UL.

#### Artigo 3º

##### Acções de Formação

1. Entendem-se por acções de formação a colaboração pontual em eventos desportivos, culturais, académicos, sociais, entre outros e ainda, acompanhamento pontual de estudante com necessidades especiais,
2. Tem um processo simplificado de selecção.
3. As acções não podem ter uma duração superior a 5 dias úteis.
4. O mesmo aluno não pode participar em mais de três acções de formação por semestre.

#### Artigo 4º

##### Outras actividades de Formação

1. Consideram-se abrangidas por este artigo as actividades de colaboração de estudantes com as Faculdades, Institutos e outras entidades da UL em actividades académicas socialmente úteis com fins formativos, por períodos relativamente longos, segundo regras de funcionamento e de horário, acordados com a UO, não podendo em nenhum caso constituir necessidades permanentes dos serviços da UL.
2. O processo de selecção é mais elaborado.

3. A duração destas actividades de colaboração com fins formativos não pode exceder dois semestres. Cada aluno só pode participar num programa por ciclo de estudo.

#### Artigo 5º

##### Publicitação e Inscrição

1. A oferta das Acções de Formação e das Outras Actividades de Formação é da iniciativa de cada UO e dirige-se, em princípio, aos seus estudantes.
2. Qualquer UO da UL, pode organizar formações para alunos de outras unidades orgânicas.
3. A oferta das Acções de Formação e das Outras Actividades de Formação é publicitada através de AVISO nos locais de afixação habitual e na página Web da UO, durante pelo menos 5 dias.
4. O AVISO deve incluir a identificação da UO, o tipo de actividade, o horário, e as qualificações exigidas, entre outros.
5. Do AVISO deve ser remetida cópia para o Programa UL Consciência Social.
6. Os candidatos a apoios extraordinários aprovados pelo Júri de Avaliação do Programa UL Consciência Social poderão ser convidados a apresentar candidatura às ofertas de bolsas de mérito social abertas pelas entidades promotoras.
7. As inscrições são feitas directamente nos serviços competentes de cada UO.

#### Artigo 6º

##### Seleção

1. A selecção será feita por uma comissão designada pela respectiva UO.
2. Sobre a lista ordenada de inscrições serão seleccionados os candidatos a bolsa em função das especificidades da formação a prestar e das disponibilidades e qualificações dos mesmos.
3. Os critérios específicos para selecção dos candidatos a cada formação (acções ou actividades de formação) constarão de acta prévia à mesma.
4. Para as acções de formação o processo será sumário e terá principalmente em conta a disponibilidade de horário do aluno candidato.
5. A comissão designada pela UO terá em consideração os beneficiários de apoios extraordinários na selecção dos candidatos para a bolsa de mérito social, se as disponibilidades e qualificações desses alunos forem adequadas ao perfil procurado.
6. No caso de haver muitos candidatos, serão apenas analisados os processos necessários para satisfazer a solicitação e pela ordem de entrada.

#### Artigo 7º

##### Deveres e Direitos do Bolseiro

1. O bolseiro, obrigatoriamente tem de cumprir com o acordado no momento da adesão, sob pena de perder o direito à totalidade da bolsa não paga.
2. O Bolseiro deve colaborar com os profissionais da entidade promotora, respeitando e seguindo as suas orientações técnicas.

3. O bolseiro tem o direito a estabelecer com a entidade promotora um plano de acção que regule as relações mútuas e a natureza das actividades a realizar, incluindo os objectivos da acção, os termos da orientação para o cumprimento das tarefas previstas, o nome do responsável pela sua supervisão e o modo como se realizará a sua avaliação.
4. O bolseiro será ouvido no processo de avaliação.
5. O bolseiro tem o direito a receber um certificado de participação, que contempla o número de horas e as actividades desenvolvidas, bem como ver contemplada esta participação no Suplemento ao Diploma

#### Artigo 8º

##### Avaliação da Formação

O responsável pela promoção da formação no fim da acção ou no fim de cada mês elabora informação com o número de horas prestadas a fim de ser paga a bolsa correspondente.

#### Artigo 9º

##### Financiamento

O financiamento e o pagamento da bolsa são da responsabilidade da entidade promotora.

#### Artigo 10º

##### Valor da Bolsa

1. O valor da bolsa, em cada ano, será definido por cada UO, em função do valor/hora e do número de horas.
2. O valor mensal da bolsa referida no número anterior não poderá, em caso algum, ultrapassar o valor fixado para o Ordenado Mínimo Nacional.

#### Artigo 11º

##### Casos Omissos

Todos os casos omissos serão decididos por despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, ou de quem ele delegar.

#### Artigo 12º

##### Relatório Trimestral

Cada entidade promotora remeterá um relatório trimestral para o Programa UL Consciência Social relativo aos apoios concedidos.

#### 13º

##### Disposições Finais

O presente despacho entra em vigor à data da sua aprovação.

Aprovado em 17 de Setembro de 2012.

O Reitor da Universidade de Lisboa



  
Professor Doutor António Sampaio da Nóvoa

---

## ANEXO

### PROCEDIMENTOS

1. Pedido de autorização interna dirigido ao Director
  - 1.1. Através de informação interna onde se indica as áreas onde é necessária a acção/formação a UO autoriza a abertura da candidatura.
  - 1.2. De acordo com o esforço a despendido pelo bolseiro indica o valor da bolsa e o tempo da acção. (Exemplo: bolsa de 426 /mês para 71 horas/mês, durante dois meses.)
  - 1.3. Propõe uma comissão de selecção.
2. DIVULGAÇÃO
  - 2.1 A UO emite um aviso onde publicita a acção. Deverá conter: Número de bolsas a atribuir; Destinatários; Tipo de actividade; local; Horário; Competências exigidas (competências e condições preferenciais); Valor mensal da bolsa; Prazo e local de entrega da candidatura.
  - 2.2 Poderá ser elaborado um boletim de candidatura tipo.
3. SELECÇÃO DOS CANDIDATOS
  - 3.1 A Comissão prevista em 1.3 deste anexo:
    - Define os critérios de selecção – acta nº 1.
    - Aplica-os aos candidatos admitidos e excluídos – acta nº 2.
    - Elabora a lista dos candidatos seleccionados e não seleccionados.
4. ACORDO DE ADESÃO À BOLSA DE MÉRITO SOCIAL
  - 4.1 Plano de trabalhos do bolseiro  
Documento onde se indicam as tarefas a desempenhar pelo bolseiro assinado por este e pelo responsável pela área onde se desenvolve a formação.
  - 4.2 Declaração de aceitação  
Declaração do bolseiro em que aceita as condições do Regulamento de Bolsas de Mérito, as do Aviso de Lançamento (Ponto nº 2 deste Anexo) e as do plano de acções a desenvolver (ponto 4.1 deste Anexo).
5. RELATÓRIO TRIMESTRAL

A UO elabora relatório sobre os apoios concedidos, informando nomeadamente: lista nominal dos bolseiros, número de aluno, ciclo de estudos (1.º, 2.º e 3.º) actividades desenvolvidas, duração e avaliação.